



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL



LÚCIA RAIMUNDA CARVALHO OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O CENÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO DE SUA
ORIGEM E A EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1930 E
1940**

Maceió
2023

LÚCIA RAIMUNDA CARVALHO OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O CENÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO DE SUA
ORIGEM E A EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1930 E
1940**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Faculdade de Serviço
Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL,
como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Angélica Luiza Silva Bezerra

**Maceió
2023**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

O48s Oliveira, Lúcia Raimunda Carvalho.

Serviço social: um olhar sobre o cenário sócio-histórico de sua origem e a emergência da profissão no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 / Lúcia Raimunda Carvalho Oliveira . – 2024.
44 f.

Orientadora: Angélica Luiza Silva Bezerra.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 40- 44.

1. Serviço social - História. 2. Serviço Social - profissão. 3. Assistentes sociais. I. Título.

CDU: 364 (81)(091)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

DISCENTE: Lúcia Raimunda Carvalho Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 22/12/2023

Título: **SERVIÇO SOCIAL**: um olhar sobre o cenário sócio-histórico de sua origem e a emergência da profissão no Brasil nas décadas de 1930 e 1940

BANCA EXAMINADORA:

Angélica Luiza Silva Bezerra (orientadora)

Milena Gomes de Medeiros

Mayra de Queiroz Barbosa

AGRADECIMENTOS

É com imensa gratidão e emoção que dedico este momento de celebração e conquista a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho e para a conclusão do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Em primeiro lugar, quero expressar minha gratidão a Deus, fonte inesgotável de força, sabedoria e amor. A Ele dedico este projeto, reconhecendo Sua guia constante em todos os passos desta jornada acadêmica. À minha amada mãe, cujo apoio incansável e amor incondicional foram fundamentais para minha trajetória. Suas palavras de incentivo não passaram despercebidas. Este trabalho é, em parte, resultado da sua inspiração e exemplo de dedicação.

Ao meu esposo, meu companheiro, agradeço por sua compreensão, paciência e encorajamento constantes. Sua presença ao meu lado foi um estímulo fundamental nos momentos desafiadores. As minhas filhas, que, com sua alegria, trouxeram luz aos dias mais difíceis. Suas risadas, abraços e apoio foram o combustível que impulsionou minha jornada acadêmica.

Expresso minha sincera gratidão aos professores do curso, cuja dedicação e expertise enriqueceram minha formação. Cada aula, cada orientação, contribuiu para meu crescimento acadêmico e profissional. À minha orientadora, que guiou meus passos com sabedoria e paciência, meu profundo agradecimento. Sua orientação foi crucial para a elaboração deste trabalho e para meu amadurecimento como estudante e futuro profissional.

Agradeço a todos os amigos e colegas que compartilharam comigo essa jornada, trocando experiências e aprendizados. Este é um momento de celebração coletiva, e agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória. Que este trabalho possa contribuir para a construção de um mundo mais justo e solidário, valores fundamentais para o Serviço Social. Que a gratidão expressa aqui seja o reflexo do meu comprometimento em retribuir, de alguma maneira, todo apoio e investimento que recebi ao longo dessa caminhada.

RESUMO

Este trabalho busca discutir as bases históricas do capitalismo e sua relação com o surgimento do Serviço Social. O estudo consiste em uma Revisão de Literatura, com base em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. O estudo aprofunda a análise ao situar a lei geral de acumulação capitalista para obter lucro como a essência do capitalismo. Onde enfatiza a transformação das relações sociais na dominação do processo de produção. No contexto brasileiro, o Serviço Social emergiu na década de 1930 como resposta ao desenvolvimento do capitalismo, influenciado por países europeus como Bélgica, França e Alemanha, especialmente com o suporte da Igreja Católica. O século XX testemunhou conflitos entre proletariado e burguesia no Brasil. No cenário sócio-histórico brasileiro das décadas de 1930 e 1940, o Serviço Social surge como resposta concreta às transformações sociais, econômicas e políticas. Com a ascensão do Estado como agente intervencionista, os Assistentes Sociais foram importantes na implementação de políticas sociais, refletindo que essas décadas a profissão era eminentemente feminina, atuando como mediadores entre o Estado, instituições e a população. A Constituição de 1934 reconhece o Serviço Social, estabelecendo suas bases legais e ampliando sua atuação em setores como saúde, educação, assistência social e justiça. Neste contexto, cabe ressaltar que o Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, na Lei 3252 de 27 de agosto de 1957.

Palavras-chave: Capitalismo. Serviço Social. Espaços sócio-ocupacionais.

ABSTRACT

This work seeks to discuss the historical foundations of capitalism and its relationship with the emergence of Social Work. The study consists of a Literature Review, based on qualitative bibliographic research. The study deepens the analysis by positioning the general law of capitalist accumulation for profit as the essence of capitalism, emphasizing the transformation of social relations in the domination of the production process. In the Brazilian context, Social Work emerged in the 1930s as a response to the development of capitalism, influenced by European countries such as Belgium, France, and Germany, especially with the support of the Catholic Church. The 20th century witnessed conflicts between the proletariat and bourgeoisie in Brazil. In the socio-historical Brazilian scenario of the 1930s and 1940s, Social Work emerged as a concrete response to social, economic, and political transformations. With the rise of the state as an interventionist agent, Social Workers played a crucial role in implementing social policies, reflecting that during these decades, the profession was predominantly feminine, acting as mediators between the state, institutions, and the population. The 1934 Constitution recognizes Social Work, establishing its legal foundations and expanding its role in sectors such as health, education, social assistance, and justice. In this context, it is worth noting that Social Work was one of the first professions in the social field to have its professional regulation law approved, in Law 3252 of August 27, 1957.

Keywords: Capitalism. Social service. Socio-occupational spaces.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BASES HISTÓRICAS BRASILEIRAS QUE DETERMINARAM A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL	3
2.1 AS TESES DE MARTINELLI (2000)	6
2.2 CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: O ESTADO QUE SE FORMOU NO BRASIL NOS ANOS DE 1930	15
2.3 FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS QUE DETERMINARAM A BASE CONFSSIONAL DA PROFISSÃO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 NO BRASIL	24
3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	29
3.1 CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS: FUNDAÇÃO LEÃO XIII, LBA, SENAI, SESC E SESI	30
3.1.1 Fundação Leão XIII	32
3.1.2 Legião Brasileira de Assistência (LBA)	33
3.1.3 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	33
3.1.4 Serviço Social do Comércio (SESC)	34
3.1.5 Serviço Social da Indústria (SESI)	34
3.2 A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SETOR PÚBLICO E NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS PARAESTATAIS	35
3.3.1 A Ligação entre a Assistência Social e o Assistente Social	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O surgimento do Serviço Social nas décadas de 1930 a 1940 no Brasil esteve intimamente ligado às decisões sócio-históricas da época. Sob o impacto da industrialização e das mudanças sociais, o país percebeu a necessidade de uma intervenção social mais sistemática e contínua. Assim, este trabalho busca discutir as bases históricas do capitalismo e sua relação com o surgimento do Serviço Social. Este estudo tem caráter exploratório, com base em uma pesquisa bibliográfica. Onde possui como premissa, a importância das bases históricas do capitalismo e sua relação com o surgimento do Serviço Social. Analisa a influência do capitalismo nas transformações sociais, econômicas e políticas, conectando-as à necessidade emergente da questão social para o surgimento do Serviço Social.

A teoria de Marx oferece uma compreensão crítica das dinâmicas sociais, destacando a exploração. A abordagem busca contextualizar o papel do Serviço Social na promoção da justiça social, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais existentes. Deteremos a discussão investigativa onde é a base do capitalismo está a lei geral de acumulação capitalista, localiza-se na relação social acomodada na dominação do processo de produção alterando também as relações sociais entre as pessoas.

Sob esse prisma, o objetivo é localizar as bases históricas do capitalismo onde se dá a gênese do Serviço Social. Sua robustez ultrapassam fronteiras geográficas e cronológicas dificultando localizar o real momento histórico, mas esse é um caminho a ser indicado pelas complexas características intrínseca a ele. O seu ciclo inicial está demarcado pelo seu essencial traço, “a posse privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que não os detêm” (MARTINELLI, 2009, p.31).

Veremos também no contexto brasileiro: com base na doutrina social da igreja, o Serviço Social surge na década de 1930 no governo Getúlio Vargas, período em que a economia está sob Regência do capitalismo industrial, fase histórica que marca a origem do Serviço Social com características que visam mascarar a verdadeira intenção de dominação capitalista. O momento em que a igreja se articula para reconquistar seus privilégios e propagar a sua ideologia e a recristianização da sociedade brasileira. Em face do aprofundamento da “questão social”, o operariado também vai às ruas em busca de seus direitos trabalhistas e de se organizarem em sindicatos autônomos (SILVA, 2007).

No sentido de controlar o movimento operário, a Igreja e o Estado unem os seus projetos visando a estabilidade da nova ordem e promover a disciplina social. Neste contexto, em seguida discutiremos os fundamentos teóricos - metodológicos do Serviço Social brasileiro, presentes na gênese da profissão, veremos que o neotomismo, o positivismo e o pensamento conservador formam a matriz da profissão, presente na formação e exercício nas escolas de Serviço Social (SANTINI et al., 2014).

Logo após, será descrito que o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, iniciado em 1936 com a Escola de Serviço Social de São Paulo, está intrinsecamente ligado à Ação Católica. Surgido como resposta às expressões da questão social, o Serviço Social brasileiro teve suas raízes nas práticas filantrópicas e caritativas incentivadas pela Igreja Católica. Sua institucionalização ocorreu em meio a lutas sociais, relacionadas aos antagonismos da sociedade e da economia colonial-escravista, ganhando reconhecimento nas primeiras décadas do século XX com o desenvolvimento do capitalismo, industrialização e urbanização no Brasil (REISDÖRFER, 2013).

Por fim, será feito um pequeno panorama da criação dos espaços ocupacionais: Fundação Leão XIII, LBA (Legião Brasileira de Assistência), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESC (Serviço Social do Comércio) e SESI (Serviço Social da Indústria). Nesse contexto será abordado de forma breve a importância da atuação do Assistente Social nos espaços de trabalho e a conjuntura dos órgãos descritos.

Dessa forma, o estudar os fatores sócio-históricos que determinaram o surgimento do Serviço Social nas décadas de 1930 a 1940 no Brasil, tratando do impacto da relação entre Igreja e Estado, da estabilidade do sistema da nova sociedade e da fundamentação de teorias e metodologias que são academicamente e socialmente relevante. A temática contribui para o aprofundamento da formação e integração do trabalho, enriquecendo a compreensão da história humana e da sociedade. Socialmente, esta análise fornece informações para profissionais de Serviço Social, funcionários governamentais e acadêmicos, apoiando a reflexão sobre o papel do trabalho na mudança social e abordando as demandas sociais atuais.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BASES HISTÓRICAS BRASILEIRAS QUE DETERMINARAM A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL

Neste item trataremos sobre o processo de ascensão e consolidação do modo de produção capitalista no contexto eurocidental e brasileiro o qual está organizado na exploração abusiva da classe trabalhadora, no antagonismo e na contradição afetando o mundo do trabalho, as expressões da desigualdade e toda sociedade. A questão social é um tema que se refere às desigualdades econômicas e sociais que afetam as pessoas, especialmente os trabalhadores, e são criadas pelo próprio sistema capitalista. O desenvolvimento do capitalismo deixa um rastro de pobreza e sofrimento, que influencia a classe trabalhadora a se rebelar contra o capitalismo, organizando e incentivando os sindicatos a buscarem alcançar respeito pela profissional e meios de subsistência. Estes protestos dos trabalhadores assustaram os capitalistas, que procuraram alianças como o Estado e a Igreja para oprimir os trabalhadores (SILVA *et al.*, 2014).

Portanto, é consenso que os problemas sociais estão diretamente relacionados com a ascensão e consolidação do modo de produção capitalista, em razão das desigualdades econômicas e sociais criadas por esse sistema que afeta diretamente as pessoas, especialmente os trabalhadores. A divulgação de eventos relacionados à problemática social é essencial para aprofundar a compreensão dos efeitos do sistema capitalista e identificar medidas para atenuar os impactos adversos que a sociedade possa gerar (IAMAMOTO, 2022).

A relação entre o processo de ascensão e consolidação do modo de produção capitalista e a questão social é consensual para autores como Reisdörfer (2013), Castelo (2011) e Machado *et al.* (2013), uma vez que as desigualdades sociais e econômicas geradas por esse sistema afetam diretamente a população, principalmente os trabalhadores. A articulação com a questão social é importante para que possamos compreender melhor as consequências do sistema capitalista e buscar soluções para minimizar os impactos negativos que ele pode gerar na sociedade.

Para entender melhor as determinações políticas da questão social, é necessário analisar a relação entre o Estado e o capitalismo. O Estado, como instituição jurídica/política, tem um papel fundamental na manutenção do sistema capitalista, como também, na reprodução do trabalho, uma vez que é responsável por garantir a ordem social e a proteção dos interesses da classe dominante. Dessa forma, as políticas públicas são elaboradas de acordo com os interesses

do capital, visando manter a acumulação de capital e a reprodução das relações sociais capitalistas (SILVA, 2012).

Cabe ressaltar que, o Serviço Social é uma profissão que surgiu no Brasil no início do século XX, respondendo às necessidades levantadas pelo discurso sobre os chamados “problemas sociais”. Um “problema social” é algo que se manifesta nas sociedades capitalistas e envolve desigualdade social, pobreza, exclusão social, violência, entre outras questões. O Serviço Social surgiu como profissão dentro da divisão na categoria do trabalho social e técnico, a partir de circunstâncias históricas específicas, incluindo as primeiras décadas do século XX no Brasil, durante o período do capitalismo (GOIN, 2021; MOTA, 2017).

Este campo trata da manifestação dos problemas sociais, intervindo nas suas diversas manifestações, com o objetivo de concretizar os direitos sociais e o exercício da cidadania para os atores sociais. Os assistentes sociais se enquadram na categoria de trabalho social e técnico, o que está em desacordo com a relação do capitalismo entre as classes sociais, pois são categorizados como trabalhadores sociais e técnicos, o que contrapõe a dinâmica capitalista de estratificação social. Ao oferecerem Serviço Social, considerado como uma forma de salário indireto, eles têm uma função no controle social, influenciando ideias. Isso faz parte do processo de luta pela hegemonia, buscando abordar e, em alguns casos, perpetuar os conflitos e desigualdades entre as classes sociais nesta sociedade (GOIN, 2021; MOTA, 2017).

De acordo com Martinelli (2007) o contexto socioeconômico em que o Serviço Social nasce como profissão é carregada de significados históricos a medida em que se desenha o modelo econômico de produção material capitalista, o qual se caracteriza pela sua complexidade e contradições que incidem sobre a sociedade. Assim, na perspectiva de melhor compreender o capitalismo e suas contradições se faz necessário buscar no fluxo histórico, os elementos determinantes que desvelam as suas contradições, para tanto, a autora citada apresenta três vertentes divergentes que objetivam a compreensão do capitalismo como categoria histórica, sendo elas: a tendência modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

Neste contexto, cabe ressaltar que no Brasil, o Serviço Social surgiu de um contexto de capitalismo monopolista, associado à Ação Católica, um grupo de organizações cristãs afiliadas a autoridades da Igreja Católica. Neste contexto, a caridade e a filantropia são ações utilizadas em resposta ao discurso público. Estas práticas são incentivadas pela Igreja, pois são práticas

incentivadas pelo “bom” comportamento e cultura. Embora a experiência da ação social já tenha sido escrita antes, o Serviço Social surgiu no Brasil em 1936, com a Escola Paulista de Serviço Social, profundamente ligada a esse movimento da Igreja (MIRANDA, 2022).

Para entender melhor as determinações políticas da questão social, é necessário analisar a relação entre o Estado e o capitalismo. O Estado, como instituição política, tem um papel fundamental na manutenção do sistema capitalista, uma vez que é responsável por garantir a ordem social e a proteção dos interesses da classe dominante. Dessa forma, as políticas públicas são elaboradas de acordo com os interesses do capital, visando manter a acumulação de capital e a reprodução das relações sociais capitalistas. A obra "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil" de Maria Helena Iamamoto e "Capitalismo Monopolista e Serviço Social" de José Paulo Netto são referências importantes para a compreensão do Serviço Social no Brasil e sua relação com o capitalismo (SILVA, 2012).

Em resumo, no contexto Europeu, as origens do Serviço Social e do Capitalismo, estão intrinsecamente ligadas à dinâmica do capitalismo. A relação entre o Estado e o sistema econômico capitalista é essencial na configuração das políticas sociais. O Estado, como instituição política, busca garantir a ordem social e proteger os interesses da classe dominante, moldando as políticas públicas de acordo com as necessidades do capital. Essa interação entre capitalismo e Estado influenciou a formação e evolução do Serviço Social na Europa, tornando-o uma resposta institucional às demandas sociais decorrentes das contradições do sistema capitalista (FRASER e JAEGGI, 2020).

Já no contexto brasileiro, surge nas décadas de 1930 e 1940, em um cenário marcado por transformações sociais e econômicas. A emergência da profissão está associada a alianças entre Igreja e Estado, que visavam conter o movimento operário e responder às demandas sociais emergentes. A relação entre o Serviço Social e o capitalismo no Brasil reflete a busca por soluções para as complexas questões sociais do país (IAMAMOTO, 2022; MACHADO et al., 2013; PIANA, 2009).

2.1 AS TESES DE MARTINELLI (2000)

Martinelli (2007) traz a primeira tese defendida por Werner Sombart que entende o capitalismo como sendo o resultado econômico do “espírito empreendedor e racional” dando origem às relações econômicas. Dentro dessa vertente também há a especulação de que o espírito capitalista teria sido despertado pela Reforma Protestante, no entanto essas teorias não se sustentaram pois não havia registros históricos que desse autenticidade à tese de Sombart. “Tanto os registros históricos disponíveis como as opiniões dos historiadores a respeito permitiram que se concluísse que o capitalismo, como uso aquisitivo do dinheiro - portanto não como sistema histórico especial – antecede em muito a Reforma, berço de protestantismo” (MARTINELLI, 2008)

Sob essa ótica, Martinelli (2008) discorre sobre a segunda tese que busca explicar o capitalismo, como sendo uma vertente historicamente procedente da Escola Alemã, a qual destaca no capitalismo o seu caráter comercial com organização produtiva visando o mercado e o lucro, porém restringe o capitalismo a categoria econômica negando a sua dimensão histórica. “Assim sendo, é pequena a contribuição oferecida por essa linhagem a busca de compreensão do capitalismo como categoria de interpretação histórica, como chave heurística para desvendar a estrutura social e as distintas instituições econômicas que lhe correspondem” (MARTINELLI, 2008).

A terceira tese observada por Martinelli (2008) procede do pensamento de Karl Marx, no qual alonga a discussão investigativa sobre a base do capitalismo, observando que os seus significados estão para além das transações monetárias e lucro; localiza-se na relação social, na dominação do processo de produção consequentemente alterando as relações sociais entre as pessoas.

O elemento crucial de tal concepção empreendedor e aventureiros ao mesmo tempo que racional e disciplinado, como o queria Sombart, é na verdade o modo de produção capitalista e as relações sociais que lhes são próprias, determinando a ruptura entre o capital e o trabalho e entre os homens, como membros de classes sociais, que passam a se diferenciar a partir da Posse privada dos meios de produção (MARTINELLI, 2000, p.29 e 30).

Nesta perspectiva, Martinelli (2000) enfatiza que a historiografia sócio-econômica revela que as sociedades antigas e medievais já existia certa organização social e economia com ocorrência de transações monetárias buscando o lucro, tais transações apresentavam características capitalistas. Assim, essa localização serve como ponto de partida para uma investigação em busca dos elementos que permitam a compreensão do capitalismo como

categoria histórica e as suas conexões com o Serviço Social, no entanto, revela complexidade em localizar o período exato em que o capitalismo surge.

Nesse contexto, em que o modo de produção e as relações sociais dele decorrentes tornam-se os indicativos de itinerário de busca, temos de considerar como início do período capitalista aquele em que se expressam de forma estável as características que marcam esse sistema. Dentre estas, é fundamental localizar aquela que representa o elemento definidor do capitalismo, seu traço distintivo essencial: a posse privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que não os detêm. Esta separação entre os meios de produção e produtor e a consequente subordinação direta desde ao dono do capital permitem que se instaure o ciclo de vida do capital, o seu processo de acumulação privativa (MARTINELLI, 2000, p.30 e 31).

Conforme (Martinelli, 2009, p.31) é por volta dos séculos XIV e XV o feudalismo passa por decadência nas suas transações monetárias, sua estrutura econômica já não atende o avanço das novas relações comerciais decorrente do desenvolvimento do capitalismo mercantil aprofundando a complexidade das relações ações de troca, elas passam a ser sinônimos de acumulação da riqueza e de lucro. Esse processo se dá a partir do momento em que o camponês é tirado da terra e o produtor já não possui os meios de produção, descaracterizando o feudalismo como um período medieval e culminando na divisão social do trabalho.

De acordo com Martinelli (2000) o ponto relevante para a transição do capitalismo foi a Revolução Francesa no tocante ao campo político e social. Sua força fez desmoronar o Regime Feudal e em seu lugar surge a sociedade burguesa. Assim sendo, para a sociedade, a Revolução Francesa representa um marco histórico para a era contemporânea. “Para os trabalhadores, que viviam sob o domínio do capital, sob o jugo dos capitalistas, os impactos trazidos pela Revolução Francesa foram muito grandes”(Martinelli, 2005). É a partir daí, em que a nova sociedade passa a ser regida por princípios contidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão - recém aprovada - que o trabalhador passa a pensar em lutar contra o domínio do capital, mesmo ainda não tendo consciência de classe.

De acordo com Martinelli (2006), a busca pela origem do Serviço Social remonta à Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no final do século XVIII e, ao alcançar a Europa Ocidental e os Estados Unidos no início do século XIX, provocou transformações significativas nos processos produtivos e nas técnicas utilizadas na manufatura. O autor ressalta que esse processo foi fundamental para o surgimento do capitalismo industrial e sua ascensão, marcando uma fase crucial na história que moldou a evolução do Serviço Social como resposta às mudanças sociais desencadeadas por esse contexto industrial.

Conforme Martinelli (2006) a máquina passa a ser protagonista no interior das fábricas, a força de trabalho já não representava uma mercadoria essencial no processo de produção. Assim a Revolução representou o momento de extrema importância para o surgimento e ascensão do capitalismo industrial que revolucionou a estrutura econômica e social marcando o desenvolvimento do capital sobre o trabalho, suas contradições e seus antagonismos. Dessa forma, a instauração da máquina a vapor e teor mecânico pelas fábricas e indústrias acelera o processo de produção objetivando a expressão do capital, para tanto, os trabalhadores eram concentrados em um ambiente insalubre e intensamente explorados para atender a acumulação de capital e a produção da mais valia. Homens, mulheres, jovens e crianças que passavam por esse processo que se iniciava no interior das fábricas e se estendia para a forma de moradia - também insalubre - nas localidades próximas às fábricas.

Sob a ótica de Martinelli (2000, p.40) a maneira em que a nova forma de trabalho se apresenta requer do trabalhador total interação com a máquina, já não lhe é permitido criar, suas ações se tornam mecânicas, ele já não estava no comando da máquina, e sim, ela determinava o ritmo da produção, de tal forma que desconheciam o produto final do seu trabalho assim, o seu principal contato era com a máquina e não com o seu semelhante, caracterizando a divisão social do trabalho e a alienação.

A cerca desses elementos Martinelli (2000, p. 42) relata que, o abismo efetuado entre as duas classes sociais (burguesia x trabalhador) evidencia não só a consolidação do capitalismo, mas também o seu fortalecimento, como a classe detentora do capital e dos meios de produção. A sua força de crescimento avança até a primeira metade do século XIX, desvendando o seu caráter destruidor dos valores humanos onde o homem é tratado como mercadoria pois ele representa o lucro, lhe assegurando crescimento constante, às custas da exploração da classe trabalhadora; enquanto para essa classe trabalhadora, a sua sobrevivência e de sua família é marcada por um processo de profundo empobrecimento.

Num verdadeiro movimento de contrários, burguesia e proletariado moviam-se incompativelmente no cenário social, lutando por objetivos opostos, o que determina um grau de tensão permanente na sociedade. A reprodução das relações sociais tornava-se a reprodução da dominação a reprodução ampliada do domínio de classe (MARTINELLI, 2000, p. 43).

Diante do exposto, Martinelli (2000,p.44) relata que a primeira atitude de revolta dos operários foi direcionada a destruição das máquinas, conhecido como Movimento Ludista, símbolo da intensa exploração; de modo que em 1769 o Parlamento Britânico instaura a pena

de morte para coibir essas ações, o que leva a classe trabalhadora recorrer a novas estratégias, destacando manifestações de massa, as quais contribuíram para a construção de novas bases de luta dos trabalhadores no início do século XX. Esse processo é longo, marcado por luta desigual e degradante para o trabalhador; a repressão imposta pelo parlamento o leva a recuar, repensar as suas manifestações.

Dessa forma, Martinelli (2000,p.45) ressalta que a luta dos trabalhadores se volta para os verdadeiros opressores, os capitalistas, que detinham em seu poder os meios de produção. Assim, se torna evidente, que a classe trabalhadora passa a entender a importância de se organizarem, porém, precisavam transpor mais uma barreira, lutar contra uma lei promulgada pela Rainha Elizabeth, proibindo o direito de associação.

O capitalismo é um sistema econômico baseado na propriedade privada, na acumulação de capital e na busca pelo lucro. A obtenção do lucro e a acumulação do capital dentro do capitalismo dão-se por meio da posse privada dos meios de produção, que pode manifestar-se pela posse da terra ou de grandes instalações que permitam a produção de certa mercadoria. O capitalismo surgiu em um processo muito longo, que se iniciou na transição histórica para a Idade Moderna e no desenvolvimento do mercantilismo, entendido por muitos como a etapa inicial do capitalismo comercial. A consolidação desse sistema econômico ocorreu no século XIX, com o desenvolvimento da indústria por meio da Revolução Industrial.

A hegemonia é um conceito fundamental na teoria marxista e refere-se à dominação de uma classe social sobre outras classes. Segundo Iamamoto e Carvalho, a formação de um novo bloco hegemônico é um processo que envolve a construção de uma nova aliança entre as classes dominantes e as classes subalternas. Esse processo é mediado pelo Estado, que autoriza e representa a voz desse bloco (LIMA, 2023).

O historiador britânico Eric Hobsbawm em seu livro “A Era das Revoluções: 1789-1848” apresenta uma análise detalhada sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, destacando as mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram na Europa durante esse período. O capitalismo é um sistema econômico baseado na propriedade privada, na acumulação de capital e na busca do lucro. A aquisição de lucros e acumulação de capital entre os capitalistas ocorre através da propriedade privada dos meios de produção, que pode se manifestar na propriedade de terras ou de grandes recursos para permitir a produção de determinados bens.

O capitalismo desenvolveu-se através de um processo muito longo, começando com a transição histórica da Era Moderna e a ascensão do mercantilismo, entendido por muitos como a primeira fase do capitalismo. A consolidação deste sistema económico ocorreu no século XIX, com o crescimento das indústrias através da Revolução Industrial. Hobsbawm (2015) enfatizou que o capitalismo é um sistema caracterizado pela busca incansável do lucro, pela competição entre indivíduos e pela exploração da classe trabalhadora. Também aborda questões como o classismo, a consciência de classe e a luta de classes, que são fundamentais para a compreensão do capitalismo como um sistema económico e social.

Já o economista alemão Karl Marx em sua obra “O Capital” apresenta uma análise crítica do capitalismo, abordando questões como a exploração da classe trabalhadora, a acumulação de capital e a alienação. Ambos os autores são referências importantes para o estudo do capitalismo e suas origens. Onde ele afirma que o capitalismo é um sistema económico baseado na exploração humana em benefício da acumulação de capital pelos proprietários dos meios de produção. Marx propôs uma interpretação crítica do sistema económico capitalista, o que causou oposição dos primeiros economistas como Adam Smith. Ele redefiniu conceitos como classe, trabalho, meios de produção e mais-valia, dando origem a uma perspectiva filosófica que hoje é conhecida como marxismo. Resumidamente, Marx sustentava a visão de que o capitalismo é um sistema intrinsecamente explorador, no qual a classe trabalhadora é oprimida pelo poder detido pela classe capitalista.

É nesse contexto que Martinelli (2000, p.48) relata a movimentação do trabalhador no sentido de tornar-se organizado objetivando êxito em suas pautas de reivindicações. Assim, inicia-se mais um ciclo de lutas trabalhistas, culminando na greve geral de agosto de 1842 em território Inglês; cuja força operária leva o parlamento a adotar políticas menos opressoras, e em 1847 é aprovada a lei de redução da jornada de trabalho para dez horas, uma das principais reivindicações da classe trabalhadora do movimento de 1842. (...) “Sem dúvida, a caminhada histórica dos trabalhadores havia produzido importantes resultados, entre os quais devem ser destacados, por sua relevância”(MARTINELLI, 2000, p.49):

1. o trânsito de condição de classe para a consciência de classe estava em curso na classe trabalhadora, levantando-a a discernir com mais clareza a natureza do seu papel revolucionário;
2. a importância da construção de alianças, inclusive extraclasse, para a consecução dos objetivos buscados pelos trabalhadores, havia ficado clara até a evidência;
3. a essa altura, o domínio do capital sobre o trabalho já era abertamente contestado e repudiado pelos trabalhadores;

4. os trabalhadores tinham consciência de que através de suas manifestações, podiam pressionar tanto a burguesia quanto o poder público para atingir seus objetivos (MARTINELLI 2000, p. 49).

Silva (2009) argumenta que, para o Brasil, a crise de 1929 e a severa restrição das exportações de café no mercado internacional foram decorrentes da produção europeia em seu próprio território. Isso resultou na redução da importação do café brasileiro, levando ao acúmulo desse produto no país e causando prejuízos econômicos significativos. Nesse contexto, as classes dominantes de São Paulo se engajaram no movimento insurrecional de 1932, buscando recuperar o poder local e nacional do qual haviam sido excluídas dois anos antes (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p.170).

Nesse sentido, é possível observar que a trajetória histórica da classe trabalhadora é marcada por processos turbulentos diante da expansão do capitalismo, mas também é notório o amadurecimento do operariado levando-o ao entendimento de quem são seus verdadeiros opressores e do seu poder de luta contra a dominação do capital. Então, assim como o processo de dominação do capitalismo é contínuo e voraz, a luta da classe trabalhadora também não para, resiste e se reorganiza.

A cerca desse assunto, Martinelli (2000, p.57) relata que a primeira metade do século XIX, embora o número de trabalhadores disponíveis no mercado fosse grande ainda não estavam organizados, de forma que em quase todo esse período o domínio do capital fortaleceu a burguesia, a qual exercia o seu poder de classe colocando em negociação a vida do trabalhador pois salários e condições de trabalho eram livremente manipulados. Proibidos de reclamarem do valor do salário, os trabalhadores viam o destino de suas vidas preso nas mãos das autoridades locais.

Segundo Martinelli (2000, p.52) a proporção em que o capitalismo crescia produzia em seu interior fissuras que lhe conduziram ao colapso, como “A Grande Depressão” que vai de 1870 até 1930 dando trégua em alguns momentos, apresentando um tímido crescimento. A partir de então, surge o capitalismo monopolista desvelando ainda mais as características do capitalismo que se firma e se alimenta da contradição, do antagonismo e da desigualdade.

(...) Com o capitalismo se institui a sociedade de classes e se plasma um novo modo de relações sociais, mediatizadas pela posse privada de bens. O capitalismo gera o mundo de cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa (MARTINELLI, 2000, p. 54).

Diante desse cenário, Martinelli (2000, p.60) ressalta a sagacidade dos capitalistas e do Estado Liberal Burguês ao se unirem para blindar seu poder político e a nova ordem social capitalista temendo a reação dos trabalhadores. Dessa forma, mesmo com os crescentes problemas sociais produzidos pelo capitalismo, Estado e burguesia se sentem intocáveis pela classe trabalhadora. (...)”como autopreservação do capitalismo, pretendia ocultar: a face da exploração, da opressão, da dominação, da acumulação da pobreza e da generalização da miséria” (MARTINELLI, 2000, p.61).

Diante do exposto, Martinelli (2000) salienta que o trabalhador já não é dono dos seus movimentos, a repressão exercida pelo capitalismo o separa dos meios de produção ao ponto de não reconhecer a sua força de trabalho. A intenção é buscar estratégias de controle sobre o trabalhador para que ele se estenda para além do interior das fábricas e se efetuem no contexto social, de acordo com os seus interesses sem provocar questionamentos divergentes, dando legitimidade à nova ordem social instaurada pela burguesia, a saber, o domínio de classe.

Ao se aproximar dos agentes que vinham desenvolvendo ações filantrópicas naquele momento, tendo em vista a racionalização, a burguesia queria aproximar-se da prática social para submetê-las aos seus desígnios. Ao “despotismo da fábrica”, como chamava Marx para tanto da prática social como uma “força repressora gerada no interior das forças produtivas”.

Duas eram as grandes tendências produzidas pelos economistas da época, (...) que podiam constituir referências básicas para orientar os posicionamentos da burguesia, quanto às formas de enfrentamentos “questão social”. a Escola Humanitária e a Escola Filantrópica (MARTINELLI, 2000, P.63).

Assim sendo, Martinelli (2000, p. 64) salienta que na perspectiva de racionalizar a assistência, a burguesia vê na Escola Filantrópica os instrumentos necessários para manter a ordem social sob seu controle, sem esquecer que, Igreja e Estado são seus históricos aliados no processo de consolidação do meio de produção capitalista. Na realidade os filantropos representavam um fator novo adicionado às estratégias dos capitalistas para controlar o crescente movimento operário na sua trajetória de luta contra os problemas sociais.

Assim, atendendo às determinações da burguesia, colocando-se ao seu serviço, os reformistas, eles próprios membros da classe burguesa, proporcionaram todas as condições para que a prática social fosse plasmada de acordo com seus interesses de classe, fazendo da face da prática social a face da burguesia, que era, na verdade, a face dominante da sociedade europeia durante toda a primeira metade do século XIX (MARTINELLI, 2000, p.65).

Dessa forma, por meio das ações filantrópicas os agentes sociais estariam em contato direto com a classe trabalhadora buscando amenizar os efeitos nocivos do aprofundamento

da pobreza, minando a reação de protesto dos operários, deixando a burguesia em situação confortável. No entanto, a verdadeira face do capitalismo no período supracitado não se ocultaria por muito tempo.

Conforme Martinelli (2000, p.65) nas décadas de 1860 mais uma crise cíclica se anuncia trazendo à tona as mazelas intrínsecas do capitalismo, tais como a queda do crescimento da indústria, falta de emprego, fome, miséria, entre outros. A intensidade com que surgem esses problemas sinalizam para a magnitude da crise que se aproximava, chamada a Grande Depressão.

Nesse contexto, Martinelli (2000, p.66) relata que diante das manifestações dos trabalhadores, a burguesia, igreja e o Estado formam um bloco político para enfraquecer a classe trabalhadora, temendo o seu movimento coletivo, político e social. Dessa forma, a união política burguesa dá origem a Sociedade de Organização da Caridade em Londres. Assim, a burguesia estava sendo oficialmente representada pelos reformistas sociais, a eles não só estava sendo entregue o exercício da assistência mas também sua racionalização e normatização para a devida aplicação. É nesse panorama histórico que se gesta o Serviço Social como profissão e os primeiros Assistentes Sociais operacionalizando a assistência social.

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes - alienação, contradição, antagonismo-, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado desenvolvido (MARTINELLI, 2000, p. 66).

Segundo Martinelli (2000, p.66) o Serviço Social traz marcas históricas das modificações ocorridas na sociedade burguesa e o seu projeto hegemônico de dominação de classe, marcando o mundo do trabalho com a exploração da classe trabalhadora gerando contradição no modo de produção capitalista. Assim sendo, marca a profissão haja vista, o Serviço Social nasce nesse contexto, como parte das articulações do poder burguês para atender os seus interesses, (...)” como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela igreja com uma mistificada ilusão de servir” (MARTINELLI, 2000, p.66).

Nesse sentido, Martinelli (2000, p.67) salienta que as práticas sociais exercidas pelos agentes não refletiam a totalidade dos problemas inerentes ao sistema capitalista, no entanto, produzia no trabalhador a sensação que o principal objetivo das intervenções, era o seu bem-estar. Na realidade as ações eram planejadas na intenção de direcionar a classe trabalhadora

para o não questionamento, a não mobilização e frear a sua inquietação diante de um regime que se nutre da exploração e dominação sobre o trabalhador.

Conforme discutido anteriormente no contexto europeu, o Serviço Social no Brasil emergiu na década de 1930 como uma resposta ao avanço do capitalismo, com influências significativas de países europeus, especialmente da Bélgica, França e Alemanha. Sua criação esteve diretamente relacionada a setores específicos do capitalismo, notadamente apoiados pela Igreja Católica. O cenário brasileiro do século XX, especialmente durante os anos 1930, foi caracterizado por conflitos entre as classes proletária e burguesa, conforme apontado por Bravo (2016). Esses embates sociais desempenharam um papel crucial no surgimento e na consolidação do Serviço Social como profissão no Brasil.

A implementação do Serviço Social ocorreu neste processo histórico, não como medidas coercivas por parte do Estado, mas como uma iniciativa independente e manifestação de grupos e seções de classe principalmente na Igreja Católica. Nesta situação, as questões sociais são organizadas de muitas maneiras diferentes. O Serviço Social foi utilizado pelos capitalistas na sua formação no século XIX, procurando apenas servir os seus próprios interesses, dividindo e governando o proletariado. A seguir veremos como o capitalismo impactou o processo histórico brasileiro nas décadas de 1930 e 1940 em que surge o Serviço Social (BRAVO, 2016).

Cabe ressaltar que, o capitalismo é um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e na busca do lucro. A questão social surge das desigualdades e contradições inerentes ao capitalismo, manifestando-se em problemas como pobreza, desemprego e falta de acesso a serviços básicos (PETERSEN *et al.*, 2017). Dentro do capitalismo, há duas formas predominantes: o capitalismo concorrencial, marcado pela livre concorrência entre empresas, e o capitalismo monopolista, onde poucas empresas dominam o mercado, eliminando a concorrência direta (NETTO, 2017).

As funções do Estado no capitalismo incluem a regulação econômica para evitar abusos, a provisão de serviços públicos, a manutenção da ordem e a promoção do bem-estar social. No capitalismo concorrencial, o Estado busca garantir a competição justa; no capitalismo monopolista, sua intervenção é necessária para prevenir monopólios prejudiciais (ANVERSA, 2004).

Quanto à questão social, historicamente, diferentes abordagens foram adotadas. No início do capitalismo, a resposta era predominantemente assistencialista, com organizações

filantrópicas lidando com as consequências sociais. Com o tempo, movimentos sociais e teorias, como a de Marx, destacaram a necessidade de transformações estruturais e de uma abordagem mais sistêmica para lidar com as desigualdades sociais. Posteriormente, políticas sociais, como seguridade social e programas de redistribuição de renda, foram implementadas para mitigar os impactos negativos do capitalismo na questão social (ARAÚJO, 1998; ARAKE, 2023).

2.2 CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: O ESTADO QUE SE FORMOU NO BRASIL NOS ANOS DE 1930

No decorrer do que foi abordado, fica claro de fato que, o capitalismo é um sistema econômico que se baseia na exploração da força de trabalho em benefício da acumulação de capital pelos proprietários dos meios de produção, como mencionado anteriormente. De acordo com Karl Marx, a dominação e exploração da classe trabalhadora são características inerentes ao capitalismo, independentemente do país em que ele esteja presente. No entanto, a especificidade de cada país pode influenciar a forma como o capitalismo se manifesta e se desenvolve, levando a diferenças em termos de estrutura social, política e econômica.

Neste ponto, voltaremos nossa atenção para o que ocorria no Brasil durante o processo de consolidação do modo de produção capitalista, marcando o surgimento do Serviço Social. O contexto histórico brasileiro nos anos de 1930, quando a profissão emergiu, foi moldado por eventos cruciais nos âmbitos ideológico, econômico, político e social. A crise do liberalismo, o impacto do comunismo, e a crise do café em 1929, principal produto de exportação do Brasil, desencadearam transformações internas que culminaram na Revolução de 1930, afetando significativamente a indústria nacional. Essa transição para uma economia capitalista trouxe consigo desafios sociais, abrindo espaço para as ações da Igreja e o subsequente surgimento do Serviço Social (SILVA, 2012).

Segundo Silva (2014) às teorias e doutrinas que construíram o estado brasileiro de 1930 são oriundas de importantes pensadores europeus e americanos, que a partir das experiências deixadas pela Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa e a criação da União Soviética Socialista idealizaram um modelo de Estado e criam que o Brasil estava apto a atingir o mesmo nível de desenvolvimento que os países centrais desenvolvidos. Assim, é com o fim dos eventos

acima citados que o mundo passa a vivenciar um período histórico ameaçador no campo ideológico.

De acordo com Silva (2014) o liberalismo e o comunismo entram em crise impactando o campo ideológico dando abertura para os pensamentos fascistas e nazistas de forma que era imperativo mecanismos institucionais a fim de combater o crescimento dessas vertentes ideológicas. Diante disso, a autora frisa os estragos históricos que o nazismo causou à Alemanha, com Hitler e o fascismo à Itália com Mussolini instaurando-se nesses países uma hegemonia ideo-política onde o regime totalitário regia o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Conforme Silva (2014) os pensamentos totalitários deram origem a líderes que viam em si mesmos os donos da verdade absoluta, corroborando com a ideia de que o estado deve ser forte e politicamente centralizado, a exemplo de Hitler, Stalin e Getúlio Vargas. No entanto os liberais se apresentavam em defesa das liberdades individuais, entendendo que a presença do Estado é necessária, porém deve haver imparcialidade na sua intervenção. Nesse cenário, é evidente que as vertentes ideológicas, como o nazismo e o fascismo, que emergiram durante as crises do liberalismo e do comunismo, impactaram as liberdades individuais. Essas ideologias se amalgamam à perspectiva de um novo elemento, o capitalismo, que passa a integrar a estrutura do Estado. Conforme destacado, as vertentes ideológicas do narcisismo e do fascismo surgiram em meio às crises do liberalismo e do comunismo, exercendo influência sobre as liberdades individuais.

Essas ideologias se incorporaram à ideologia do capitalismo, que se estabeleceu na estrutura do Estado. O nazismo é uma ideologia que se concentra no nacionalismo extremo, no racismo e no autoritarismo, enquanto o fascismo é uma ideologia nacionalista e autoritária que surgiu na Itália no fim da Primeira Guerra Mundial como oposição ao socialismo. No entanto, é importante ressaltar que o capitalismo não é uma ideologia, mas sim um sistema econômico que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na busca pelo lucro, como mencionado anteriormente (OLIVEIRA, 2019).

Nesse sentido, Silva (2014) traz que o comunismo pregava a igualdade e a propriedade comum que seriam alcançadas por meio de uma revolução do proletariado. Em contrapartida, o capitalismo visa apaziguar conflitos que pudessem impedir o livre funcionamento do mercado. Assim, na base ideológica do capitalismo estava o nazi-fascismo com a mesma ideia de criar um estado corporativo de economia forte, com uma única fonte de poder político,

defensor da nação e do patriotismo em detrimento da democracia. Quanto ao panorama brasileiro, as determinações que se dão na formação do estado corporativo seguem a mesma linha filosófica abordada anteriormente, no entanto apresenta algumas particularidades.

Acerca desse assunto, Silva (2014) salienta que as características do estado corporativo brasileiro estão voltadas para o autoritarismo, tornando-se uma ameaça à área social pois não havia a intenção de investimentos; como também representava ameaça ao poder exercido pelos pequenos grupos políticos – o regime oligárquico - liberal - já que o propósito era concentrar o poder no executivo. Assim sendo, o objetivo era formar um Estado soberano anti-imperialista anticomunista, antidemocrático e antiliberal. (Silva, 2014).

Nesse contexto, Silva (2014) afirma que o Brasil está vivendo no período pós abolicionismo harmônico envolvendo os senhores e os escravos recém libertos em prol da paz social. No entanto, esses mesmos senhores que antes comandavam o setor agrário eram os ideólogos que estavam presentes na base da construção do Estado corporativo, ou seja, representavam o pensamento social nacionalista, autoritário e corporativista.

De acordo com o relato de Silva (2014), o Estado Corporativo no Brasil surgiu a partir da questão social europeia, com o objetivo de apaziguar os conflitos de classes. As corporações tinham como objetivo organizar a sociedade para atuarem em defesa de seus interesses e não em defesa dos interesses dos grupos profissionais, papel que era próprio dos sindicatos. Embora o surgimento do Estado Corporativo no Brasil tenha sido influenciado pela questão social europeia, os contextos históricos são diferentes.

O Estado Corporativo no Brasil foi criado na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, como uma resposta à evolução do capitalismo no país, sob a influência europeia, em especial sob o influxo belga, francês e alemão. Ele foi criado como fruto direto de vários setores particulares da burguesia fortemente respaldados pela Igreja Católica. Neste cenário, a questão social configura-se de diversas maneiras (SILVA, 2014).

De acordo com Silva (2014) a derrota dos liberais dá origem ao Estado Novo com características corporativista e hierárquico combinando em um Estado ditatorial, consequência da supressão da democracia representativa exercida pelos partidos e dos prejuízos causados às mobilidades sociais. A autora nos conduz a refletir sobre as mudanças econômicas que afetaram o Brasil na década de 1930, além do processo ideológico já explícito. Mesmo diante da crise, houve um certo crescimento da indústria, que será representado por três fases.

Segundo Silva (2014) a crise econômica enfrentada pelo Brasil no ano de 1930 é consequência da crise de 1929, período em que o café - principal produto de exportação - perde espaço no mercado Internacional de forma que os produtores de café se viram com a produção estocada, sem saída, dessa forma recorrem ao governo para resolver seus problemas financeiros.

Em conformidade com Silva (2014) mesmo enfrentando a crise do café de 1929, a indústria Brasileira apresenta crescimento, internamente os interesses dos atores envolvidos, como os industriais e os fazendeiros, lutam por investimento do governo em prol de seus negócios, de um lado os industriais que apresentariam pequena ascensão, e do outro os fazendeiros e o seu sistema agrícola em profundo declínio; processo denominado de conflito “pelo alto”. Dessa forma tanto governo, banqueiros, fazendeiros foram atingidos pela crise, deixar dimensionar a falta emprego e os baixos salários que atingiram os trabalhadores segundo a autora este período retrata a primeira fase.

Segundo Silva (2014) as implicações causadas pela Primeira Guerra Mundial (1913 - 1914) determinou a segunda fase da indústria que vivia um momento de crescimento, no entanto se mostrou temporário pois no mesmo período registou-se um nível de desemprego de 50% na área da indústria. De acordo com a autora, o maior número de indústrias se estabelece na região sudeste do Brasil, porém São Paulo e Rio de Janeiro possuem 51% do percentual de indústrias e 52% do número de operários.

Conforme Silva (2014) a terceira fase da indústria é caracterizada pelo novo cenário das grandes cidades onde as indústrias se concentravam, também, ali estavam presentes um exército de operários nacionais e estrangeiros, trabalhadores não mais designados para a lavoura, mas com atribuições automatizadas dentro nas fábricas, período que ocorre no ano de 1920.

Em conformidade com Silva (2014) é típico do Brasil os conflitos pela terra visto a disparidade existente entre os proprietários de terra em um período onde a economia brasileira estava nas mãos dos grandes produtores causando prejuízo aos pequenos. Assim sendo, o pequeno latifundiário foi direcionado a atender parte da população rural. Nesse contexto, a Revolução de 1930 objetivava constituir um único grupo com soberania intocável, para tanto se fazia necessário retirar os pequenos latifundiários no caminho.

Silva (2014) ressalta que a indústria brasileira que as inovações trazidas pelo capitalismo dá um novo rumo à produção e a forma de negócios, significando para o Brasil um momento de transição da economia da exportação e importação, nessas circunstâncias o mercado interno

passa a ser valorizado e como a sua produção eram os itens de primeiras necessidades - alimentos, vestuários, e produtos químicos – sentirá o efeito da crise internacional tardiamente, haja vista, a industrialização estar em sua fase inicial.

Silva (2014) relata que o desenvolvimento econômico capitalista chega ao Brasil anunciando o sonho do progresso. Assim, o processo de industrialização que se desenrola aqui, seguindo os moldes da economia capitalista, também carrega consigo o ônus do tão almejado progresso. Isso se cristaliza em conflitos sociais representados pelo aumento da pobreza, exploração da mão de obra, deslocamento de pessoas do campo para as metrópoles industriais, etc., provocando o inchaço das cidades e culminando em um processo desordenado de urbanização.

Corroborando com a autora supracitada, Iamamoto e Carvalho (2009, p.125-128) evidenciam a ocorrência desse processo na sociedade brasileira, e o extenso processo histórico pelo qual a sociedade e o mercado de trabalho são submetidos para atender os objetivos de dominação, controle do mercado de trabalho e da força de trabalho pela classe burguesa capitalista. Essa carga histórica também se manifesta no Brasil trazendo à tona a “questão social” e as Leis Sociais como produtos do aprofundamento do capitalismo no âmbito econômico-social, desvelando as condições antagônicas inerentes a ele.

De forma que, o que acontece no mercado mundial orquestrado pelo capitalismo reflete economicamente no Brasil, a exemplo da crise de 1929 que atingiu o mercado internacional. Dessa forma, a agro-exportação já não se apresenta como o foco da acumulação primitiva. Além da crise de 1929, no Brasil, já está em curso o movimento de outubro de 1930; dois eventos de suma importância para reorganizar as empresas estatais e a economia, redirecionando o foco para as atividades de ordem interna.

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativa canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizar-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista. A política social formulada pelo novo regime – que tomará forma através de legislação sindical e trabalhista – será sem dúvida um elemento central do processo (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 151).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009,p.151) em 1930 no Brasil a legislação trabalhista e sindical são alcançadas por políticos sociais de repressão e desestabilização política da classe proletária por parte do Estado haja vista as políticas adotadas naquela década

favoreceram o corporativismo. “Essas políticas demarcam os limites dentro dos quais irá surgir e atuar o Serviço Social – a caridade e a repressão – limites em relação aos quais deve se constituir numa alternativa” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.128). Assim, a dura repressão pelo Estado Novo sobre o proletariado abre caminho para que o corporativismo se sustente como o sistema de dominação política fazendo com que as políticas sociais elaboradas em seu favor se concretizam.

Iamamoto e Carvalho (2009, p.150) afirmam que a construção de um novo bloco hegemônico é um processo longo em que o Estado legitima e representa a voz desse bloco. A ausência do Estado torna difícil atrair esferas da sociedade que compartilhem dos mesmos interesses políticos. Em face da ausência de uma classe predominante e da existência de uma crise econômica grave, desenvolve-se o “Estado de Compromisso”, em que o Estado é responsável por tomar medidas que garantam a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas frações burguesas, integrar setores de classe média urbana, ampliando as bases de sua participação política e econômica, e estabelecer mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento.

Portanto, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2009, p.151) o Estado toma para si as contradições econômicas e sociais inerentes ao sistema capitalista, assim o Estado juntamente com o seu aparato administrativo, trabalha a redefinição da política econômica em três dimensões, apoiar o setor cafeeiro, desenvolver o mercado interno e buscar novas alternativas de produção para a exportação direcionando os esforços para o setor industrial como nova fonte de produção e acumulação produzindo o “acirramento das contradições entre as oligarquias regionais, a mobilização política e sindical do proletariado” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 151).

Em conformidade com Iamamoto e Carvalho (2009, p.153) ao iniciar o Governo Provisório dos decretos lançados pelo Estado para organizar o Ministério do Trabalho, dois se destacam: um compõe o antigo Ministério como o “Ministério da Renovação”, da modernização e justiça social e um outro que institui a “Lei dos Dois Terços”, onde as indústrias são obrigadas a contratar determinado percentual de empregados brasileiros como forma de controle do movimento operário que se posicionava contra quaisquer formas de dominação e “(...) procura acelerar a renovação da força de trabalho a partir do aproveitamento da inversão do fluxo migratório” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 153).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2009, p.155) é nesse contexto crítico que o movimento católico laico se renova desta feita, se posicionando de forma ativa, atuando no controle social ideológico visando a consolidação do governo em curso, como também a recuperação do seu prestígio perante a sociedade por meio de projetos. “É no fundo uma preocupação de definir o lugar da Igreja dentro da nova ordem” (AGUIAR, 1985, p.26).

Em relação a esses elementos, Silva (2014) destaca que a Igreja Católica passa por um processo de renovação que teve início no século XIX na Europa. Os conflitos sociais enfrentados naquele período demandam da Igreja uma postura de intervenção nos conflitos sociais, uma vez que estava sendo acusada de omissão. Para tanto, ela necessitava de instrumentos que a auxiliassem nesse novo desafio. Nesse contexto, as encíclicas papais *Rerum Novarum* de Leão XIII, em 1891, e o *Quadragesimo Anno* de Pio XI, em 1931, esta última mais próxima do surgimento do Serviço Social no Brasil (SILVA, 2014).

Conforme Iamamoto e Carvalho (2009, p.156) a Igreja é reconhecida pelo novo regime político brasileiro como uma “valiosa força disciplinadora”, daí a importância de tê-la como aliada e dessa forma direcionando a sua atuação, deliberadamente dentre as medidas algumas são de interesse da Igreja a exemplo da que envolve as escolas públicas, tornando o ensino religioso facultativo nesses espaços e ficava proibido aos novos sindicatos realizarem propaganda religiosa. Dessa forma, Estado e Igreja unem os seus projetos com particularidades diferentes, mas num mesmo objetivo, influenciar a Sociedade Civil ao seu favor para alcançar a estabilidade da nova ordem e promover a disciplina social.

A igreja alcançou a mobilização da opinião pública católica e a reorganização em escala ampliada do movimento católico leigo. Será também nesse período que a intelectualidade católica formulará um projeto de cristianização da ordem burguesa, para “organizá-la sob o imperativo ético do comunitarismo cristão”, exorcizando seu conteúdo liberal (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 156).

Sob essa ótica, Aguiar (1985, p.27) assinala que em 1931 a igreja realiza dois eventos importantes para a sua ascensão e fortalecimento, a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e a inauguração do Cristo Redentor no Corcovado, solenidades não só de caráter religioso, mas também cívico onde se fizeram presentes o Presidente da República, autoridades, D. Leme e todo o Episcopado da Igreja. Durante a inauguração do Cristo Redentor, representando o corpo eclesiástico da Igreja, D. Leme entrega ao presidente Getúlio Vargas as reivindicações da Igreja Católica que põe em discussão seu estatuto “dentro da Nação e perante o Estado”.

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2009, p.157) relatam que temendo a pressão dos aliados políticos radicais sobre o novo regime, o governo vê na Igreja uma nova aliada detentora de força e capacidade para conquistar e robustecer as frações mais conservadoras da sociedade, sendo assim, o governo além de restituir privilégios antigos, também lhe concede novas regalias, sinalizando a flexibilidade ao projeto hierárquico da igreja. Assim o movimento católico laico será mediador para que a igreja se organize em “partido político” aumentando o seu poder de influência perante a sociedade. É também por intermédio desse apoio que em 1932² no estado de São Paulo ocorre o levante “constitucionalista” que apesar de não ter obtido resultados esperados foi um movimento que contribuiu para que em 1933 ocorresse as eleições para a assembleia constituinte, “permitirá a hierarquia uma ação política abrangente no sentido de se fazer valer enquanto intérprete da maioria católica” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009 p. 157).

Sob a ótica de Silva (2014) a Igreja começa atuar sistematicamente junto aos operários, doutrinando-os com o objetivo de combater as ideias comunistas que para a Igreja não passavam de infâmias e calúnias que atingiram principalmente os operários e também recuperar junta à sociedade sua autoridade divina, e desenvolver uma ação social baseada na Caridade e filantropia (SILVA, 2014).

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2009, p.158) ressaltam que apesar do estado ter uma ação dominadora, a sua intervenção política não pode ultrapassar os muros que o separa dos grupos sociais naturais as leis, tradições, costumes e as normativas da Igreja quanto à sua intervenção na “questão social” e essa regra não lhe é imposta haja vista uma de suas funções é servir ao bem comum para tanto, o trabalho não pode representar os donos para quem o exerce então cabe ao estado promulgar leis de regulamentação do trabalho impondo-lhe limites a quaisquer tipos de exploração. Nesse momento, dentro do Estado laico, a Igreja tem a liberdade de se movimentar para reunificar e recristianizar a sociedade burguesa final.

Deverá, portanto, abandonar sua passividade por uma atividade cruzada para recuperar o proletariado livrando-o das lideranças perturbadoras e ordenar as relações de produção a partir da restauração dos costumes cristãos... Harmonizar as classes em conflito e estabelecer entre elas relações de verdadeira amizade final acima da regulamentação jurídica do estado laico deverá prevalecer o comunitarismo cristão (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 159).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009, p. 160), A Constituição de 1934 evidencia a aproximação entre Igreja e Estado, nela a religião católica é oficial no território brasileiro o

casamento religioso é reconhecido pela lei civil, a família é indissolúvel, proibiu o divórcio; a Igreja terá a garantia de estar presente nas escolas públicas e nas demais “instituições de interesse coletivo”. Dessa forma, legalmente amparada para difundir os seus princípios ideológicos, instrumento que lhe permitirá exercer o controle social e político dentro e fora dos espaços institucionais. Também traz o pluralismo e a autonomia sindical como eixo orientador da organização do proletariado e abre caminho para que o projeto de sindicalismo católico possa se organizar. Com a nova Constituição, os sindicatos autônomos saem fortalecidos, lideraram o movimento operário e popular elevando as suas reivindicações as quais tomaram impulso de grandes proporções. No contexto nacional as forças populares se organizam politicamente e constituem a ANL-Aliança Nacional Libertadora.

No polo oposto, o movimento católico leigo e a ação integralista surgiram como catalisadores da opinião e mobilização da direita. O governo responderá à mobilização popular com a decretação da lei de segurança nacional e o aumento da repressão. A campanha antipopular e anticomunista que se desencadeiam estreitará ainda mais intimamente os laços entre igreja e estado... (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 161).

Nesse contexto, Iamamoto e Carvalho (2009, p. 163,164) evidenciam o acordo formal entre Igreja, Estado e burguesia com o mesmo objetivo o de conter a expansão do movimento autônomo do proletariado. Nesse momento, a Igreja reforça a sua ação se aliando à ação integralista Brasileira (AIB) para semear sistematicamente seus pensamentos ideológicos com a finalidade de integrar e controlar o movimento operário. É com essa natureza de opressão velada que o capitalismo se apresenta, usa de estratégias que produzirão no interior das classes oprimidas novas ideologias capazes de enfraquecer a sua resistência ao seu sistema.

A sua aceitação não se dá por vias brutais explícitas, mas por vias sistemáticas organizadas disciplinadas aproximando-se da ideologia do catolicismo e seus aspectos comunitário e caritativo, características que levam a igreja a aderir ao projeto. É nessa construção histórica da sociedade brasileira que o Serviço Social emerge vinculado ao produto da ação social e da ação católica trazendo sobre si características decorrentes dessa construção histórica. Assim sendo, a seguir será abordado o importante papel da Igreja que através das escolas de Serviço Social, estará difundindo a sua ideologia social de cunho conservador baseada no neotomismo e positivismo na fase inicial da profissão.

2.3 FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS QUE DETERMINARAM A BASE CONFESSIONAL DA PROFISSÃO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 NO BRASIL

Após ter abordado o contexto histórico no Brasil nos anos de 1930, evidenciado fatos importantes que contribuíram para o surgimento do Serviço Social durante o processo de consolidação capitalista que provocaram mudanças nos campos ideológico, econômico, político e social. Como foi abordado no ítem anterior, Aguiar (1985, p. 17) faz um resgate sobre a situação da igreja na Europa ante o acirramento da questão social inerente ao desenvolvimento capitalista. Diante da problemática a igreja se posiciona tomando como base de sua ação os documentos do magistério eclesiástico que tomarão proporções continentais. Segundo o autor citado, esse resgate se faz necessário para esclarecer a base ideológica em que surgem as escolas do Serviço Social no Brasil haja vista, estarem a cargo da igreja católica.

É nesse sentido, que Aguiar (1985, p.18) assinala que a Igreja católica tem sua doutrina alicerçada nas encíclicas “Rerum novarum” do papa Leão XIII de 1891- com a sua promulgação inicia-se sua ação mais efetiva no magistério social visando o resgate doutrinário da Igreja. defende ainda que é através da religião e da Igreja com suas doutrinas evangelísticas que se encontrarão caminhos para resolver tamanha exploração impostas aos operários e evidentemente as consequências provenientes dessa exploração. Nesse contexto, também aponta o Estado como um dos caminhos para resolver a questão operária já que ele exerce atividades que atendem ao bem comum, porém, reafirma que os costumes cristãos devem ser prioridade.

De acordo com Aguiar (1985, p. 18) em comemoração aos 40 anos das encíclicas Rerum Novarum em 1931, Pio XI publica mais uma nova encíclica reforçando a restauração dos costumes cristãos e também a reforma social baseada na lei evangélica. Traz em pauta análises das questões conflituosas presentes entre as classes “como direito à propriedade, relação capital e trabalho, liberação do proletariado, salário injusto...”. Em 1937 através da encíclica Rerum Novarum, Pio XI é categórico ao afirmar que o liberalismo econômico e comunismo geram o individualismo que degrada a sociedade e os bons costumes, motivos pelos quais precisam ser totalmente eliminados.

No âmbito da igreja católica, essa reação é ao mesmo tempo anticomunista e antiliberal, colocando-se como alternativa ao socialismo, e ao liberalismo, ou seja, como uma “terceira via” de desenvolvimento do capitalismo. A dimensão político – ideológica dessa intervenção em face da “questão social” é claramente exposta na Encíclica Rerum Novarum, em leão XIII defende a desigualdade como “natural” e necessária a reprodução da “ordem harmônica”, negando com isso, a luta de classe, tida como algo que vai contra a natureza da sociedade (BARROCO, 2005, p.83).

Nesse sentido, Silva (2014) ressalta que o surgimento da questão social na Europa ultrapassa fronteiras continentais atingindo também o Brasil. Nesse contexto, a encíclica Rerum Novarum do papa Leão XIII exercia grande influência na sociedade, de modo que, no Brasil as pioneiras do Serviço Social têm as suas intervenções sociais influenciadas por esse novo pensamento resoluto na encíclica papal.

Em conformidade com Iamamoto e Carvalho (2009, p.213) o surgimento do Serviço Social no Brasil, aconteceu em uma conjuntura histórica em que a sociedade Brasileira passa por transformações na área econômica e social advindas dos movimentos dos grupos sociais, classes e instituições. O bloco católico em que ele emerge estará à frente da “formação dos agentes especializados” alicerçados tanto na sua doutrina quanto na sua ideologia.

Assim, Barroco (2005, p.74) relata que o surgimento do Serviço Social brasileiro, tem sua formação sustentada pelo conservadorismo moral, fruto do projeto social da Igreja católica, na cultura brasileira e sustentada pelo positivismo que objetiva adequar os indivíduos aos padrões de comportamento pré-determinados, reproduzindo a alienação moral. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2004, p.168) em 1932 em São Paulo são criados os Centros de Estudo e Ação Social comandados pela hierarquia, considerados como as primeiras evidências da presença do Serviço Social no Brasil. Os centros serão comandados pela igreja e serviram de apoio para impulsionarem a obra filantrópica das classes dominantes em São Paulo também estará incentivando a mobilização do laicado.

Iamamoto e Carvalho (2009,p.168) ainda ressaltam a existência do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, este de forma oficial, destinava-se às moças de famílias ricas de formação religiosa vindas dos setores aliados e das diferentes classes dominantes presentes na sociedade que procuravam no curso o conhecimento sobre a realidade em que vivia a sociedade e a partir daí fazer o seu julgamento de forma correta. É importante destacar, Mlle. Adèle Longeaux, ministrante do curso e representante da escola católica de Serviço Social de Bruxelas (CEAS). O caráter formador do Centro de Estudos e Ação Social, está baseado na doutrina da igreja católica e no estudo detalhado dos conflitos sociais existentes, assim,

preparava as trabalhadoras sociais para realizarem suas diferentes funções com eficiência perante a sociedade.

A esse respeito, Iamamoto e Carvalho (2009, p.169) ainda ressalta que as trabalhadoras sociais trabalhavam em diferentes atividades e obras de caráter social, porém para que suas ações fossem mais eficazes, elas especializaram-se através do CEAS que promovia uma formação com base na doutrina da Igreja e no conhecimento dos problemas existentes na sociedade dessa forma, a nova formação lhes conferiam competências para a resolução dos problemas.

[...] Essa forma de entender a realidade explicita valores morais e pressupostos teóricos - políticos encontrados tanto no positivismo quanto no neotomismo, bases da formação profissional, em sua origem. Mas, principalmente viva um termo ético - morais ideo - político, expressa o conservadorismo moral contido em projetos sociais e na cultura Brasileira. Dessa forma não é dada, como possibilidade, apenas na formação profissional, mas, também, na socialização primária, em que ocorre a internalização de valores, normas de conduta e deveres, ou seja, na formação moral dos indivíduos sociais. No caso do Serviço Social, e isso se efetiva de modos peculiares, pelo fato de a profissão constituir-se historicamente como uma profissão feminina de origem católica (BARROCO, 2005, p. 75).

Barroco (2005, p. 79) relata, que no tocante ao enfrentamento da questão social o catolicismo tradicional e o positivismo convergem em um mesmo pensamento ideológico, o conservadorismo e a crença na moral, crendo que aí está o caminho para desenvolver ações capazes de combater a questão social. É a partir de então que esses componentes são usados como bússola para orientar o caminho a se seguir. Observa-se então, que a mesma ideologia presente na formação dos primeiros Assistentes Sociais, também compõe a formação moral da mulher na sociedade.

Barroco (2005, p. 91) ressalta que no âmbito da formação profissional inicial as primeiras escolas de Serviço Social estavam estruturadas metodicamente sobre o tomismo, positivismo e o conservadorismo.”Os primeiros Assistentes Sociais foram marcados pela filosofia de Santo Tomás, recebendo sua doutrina através das disciplinas Doutrina Social, Moral, Ética, Doutrina Católica, (...) bem como através dos círculos de estudos” (AGUIAR, 1985, p.44). A autora enfatiza, que após um período de infrequência a filosofia tomista, ele ressurge com o neotomismo, em sua teologia Deus é a hierarquia suprema e imutável haja vista, todas as “leis naturais” emanarem das “leis divinas” de forma, que todos os seres humanos lhe pertencem e precisam um dos outros para que haja uma convivência harmônica do conjunto social e felicidade geral.

Nesse contexto, Aguiar (1985) salienta que a história do surgimento de várias escolas de Serviço Social como a de São Paulo, a do Rio de Janeiro e a de Natal em Porto Alegre, são resultantes dos cursos de formação social e das semanas sociais sob o comando da CEAS. Identificando que a ação católica precisava de militantes bem preparados para desenvolverem a ação social o CEAS, que já estava responsável pela organização da escola de São Paulo, recruta duas de suas sócias recém formadas em Serviço Social na Bélgica para iniciarem o processo de abertura da primeira escola de Serviço Social do Brasil no ano de 1936 no Estado de São Paulo.

Em conformidade com Silva (2014) inicialmente a influência franco-belga esteve presente nas primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, a primeira implantada em São Paulo no ano de 1936 e a segunda no Rio de Janeiro em 1937, tinham como base filosófica o neotomismo onde a Igreja desenvolvia a prática da caridade de forma pontual, filantrópica e vocacional. No entanto, o Serviço Social estará superando essa fase e “avança para a Institucionalização e construção de sua identidade profissional” (MARTINELLI, 1989, apud SILVA, 2014, p.42).

Aguiar (1985, p.33) relata que para tanto, o Assistente Social deveria adquirir as competências que lhe habilita a combater os desajustes individuais e coletivos, com formação técnica voltada para o estudo de teorias existentes sobre o Serviço Social, observando as particularidades da realidade brasileira tornando possível a prática profissional. “A formação técnica compreende o estudo da natureza do Serviço Social, noções de técnicas auxiliares e da moral profissional”. (AGUIAR, 1985, p.33).

Neste contexto, é importante ressaltar alguns conceitos, como o do conservadorismo, que consiste em uma corrente política e filosófica que valoriza a preservação de instituições sociais tradicionais e a resistência a mudanças abruptas na sociedade. Os conservadores geralmente defendem a continuidade das estruturas hierárquicas, culturais e políticas existentes, buscando manter a ordem social e a estabilidade. Assim como, o positivismo é uma corrente filosófica que enfatiza a observação empírica e a aplicação do método científico para entender o mundo. Desenvolvido por Auguste Comte, o positivismo preconiza que apenas fenômenos observáveis e mensuráveis podem ser objeto de estudo científico. Ele busca afastar-se de especulações metafísicas e valoriza a ciência como guia para o progresso social (GOHN, 1997; ANDRIGHETTI, 2019).

Essas correntes filosóficas influenciaram a fundamentação ideológica do Serviço Social nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. O conservadorismo moldou a visão da profissão em relação à manutenção da ordem social, enquanto o positivismo contribuiu para a ênfase na abordagem científica na prática profissional. Onde, essas fundamentações ideológicas, incluindo conservadorismo e positivismo, forneceram a base para o código de ética do Serviço Social de 1948 no Brasil. O código estabeleceu princípios que refletiam a perspectiva conservadora, enfatizando a necessidade de respeitar as instituições sociais existentes. Ao mesmo tempo, a influência positivista estava presente na ênfase na aplicação de métodos científicos na abordagem das questões sociais. Esse código de ética se tornou um marco importante, moldando a prática profissional e os valores éticos dos assistentes sociais no Brasil (MIKOSKI *et al.*, 2023).

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A institucionalização da profissão de Serviço Social no Brasil está relacionada ao processo histórico de reconhecimento e legitimação dessa prática no contexto social e político do país. Esse processo envolve diversas dimensões, como a construção de bases teóricas, a criação de instituições de ensino e formação profissional, a regulamentação da profissão, a criação de conselhos profissionais, entre outros aspectos. Iamamoto e Carvalho (2009) destacam que o entendimento do "problema social" no Serviço Social não se restringe mais a simples conflitos entre classes sociais, mas envolve uma compreensão mais ampla das condições sociais, políticas e econômicas que geram as demandas e situações que demandam intervenção profissional. A institucionalização da profissão é um reflexo dessa ampliação de perspectiva.

A criação de órgãos reguladores, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), é parte desse processo de institucionalização. Esses órgãos têm funções importantes na definição de normas éticas, na fiscalização do exercício profissional e na representação dos interesses da categoria. Além disso, a institucionalização envolve a consolidação de espaços de atuação profissional, como órgãos governamentais, organizações não governamentais, empresas, escolas, hospitais, entre outros. A presença do assistente social em diferentes campos contribui para a legitimação e reconhecimento da profissão (ARAKE, 2023).

O surgimento do Serviço Social no Brasil ocorreu em meados da década de 1930, no período conhecido como “Era Vargas”, onde ocorreu a mudança de um sistema agrícola comercial para um sistema industrial, a partir de Essa mudança foi planejada para o particular expressão de grupos e classes, ocorrendo principalmente através da igreja católica liderada por missionários e ajudantes, num clima de tensão do processo industrial que leva o país ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural (BATISTA *et al.*, 2015; GERBER *et al.*, 2012).

Iamamoto e Carvalho (2009, p.150) acreditam que a formação de um novo bloco hegemônico é um processo de longo prazo em que o Estado autoriza e representa a voz desse bloco. A ausência do Estado dificulta a atração de órgãos públicos com interesses políticos comuns. Devido à ausência de uma classe dominante e à existência de uma situação econômica crítica, o “Estado é responsável” pelo desenvolvimento, em que o Estado é responsável pela

implementação de medidas que garantam a reprodução do capital e o nível de acumulação de capital das diferentes partes, unindo elementos da classe média urbana, expandindo a sua base de participação política e econômica, e estabelecendo os meios de controlar e desorganizar o crescente movimento de massas (LIMA, 2023).

Em seguida, abordaremos a criação dos espaços ocupacionais, com foco em instituições específicas, a saber: Fundação Leão XIII, LBA (Legião Brasileira de Assistência), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESC (Serviço Social do Comércio) e SESI (Serviço Social da Indústria). Exploraremos a origem, o propósito e a relevância dessas entidades, destacando seus papéis na construção e desenvolvimento de espaços ocupacionais no contexto abordado.

3.1 CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS: FUNDAÇÃO LEÃO XIII, LBA, SENAI, SESC E SESI

A criação de instituições como Fundação Leão XIII, LBA, SENAI, SESC e SESI foi um marco importante na história brasileira. Essas organizações foram criadas com o objetivo de atender às necessidades da comunidade em assistência social, educação e saúde. Por exemplo, a Fundação Leão XIII foi criada pelo governo federal em 1946 com o objetivo de trabalhar diretamente com moradores de favelas, concentrados em grandes áreas urbanas, serviços educacionais e médicos para trabalhadores da indústria. O SESC, criado em 1946, tinha como objetivo prestar serviços médicos, educacionais e recreativos aos trabalhadores do comércio e seus dependentes sobrenome e ter melhores condições de vida (ROBAINA *et al.*, 2013).

Estas organizações baseiam-se em pesquisas científicas que mostram a necessidade de investir em educação, saúde e assistência social para melhorar as condições de vida das pessoas. A construção desses locais de trabalho é uma forma de garantir que as pessoas recebam serviços básicos e de qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento da economia do país. Por meio dessas organizações, muitos brasileiros tiveram a oportunidade de receber formação profissional e melhorar sua situação econômica. situação. status. condições de vida. Em suma, a criação destas instituições é um passo importante no desenvolvimento do Brasil. Por meio

dessas organizações, muitos brasileiros tiveram a oportunidade de se qualificar para o trabalho e melhorar suas condições de vida (IAMAMOTO, 2004).

No início do século XX, o Brasil testemunhou o surgimento de um capitalismo industrial tardio, que se caracterizou pela coexistência paradoxal entre o desejo de modernização urbano-industrial e o poder oligárquico ligado ao setor cafeeiro paulista. A urbanização, especialmente no Rio de Janeiro, não representava apenas avanços técnicos, mas também um projeto de sociedade em construção. As favelas, que cresceram desde o final do século XIX, eram percebidas como uma ameaça à ordem estabelecida, desencadeando um conflito entre a "cidade formal" e as comunidades marginais, marcado por tentativas de higienização, remoção e educação para se contrapor à sua expansão. A aversão às favelas sintetizava as complexidades da luta de classes nos séculos XIX e XX, refletindo a ascensão do protagonismo do proletariado nas lutas sociais (COSTA, 2017).

Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundamental nas lutas sociais das favelas nas décadas de 1940. Consolidando-se como referência para essas populações, o PCB influenciou a formação de associações de moradores e Comitês Populares Democráticos (CPD), apresentando programas de reformas urbanas e participação política. No entanto, esse período de ascensão das lutas sociais foi marcado por repressão, com o PCB sendo posto na ilegalidade e as associações de moradores, como a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), enfrentando perseguições (COSTA, 2017).

Entretanto, além da repressão ostensiva, houve o desenvolvimento de políticas públicas e a formação de entidades privadas que passaram a ter como prioridade as intervenções sociais nas favelas do Rio de Janeiro. Entre as entidades civis, destacam-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1946, o Serviço Nacional da Indústria (SESI), fundado em 1947, e a Fundação Leão XIII, vinculada à Igreja Católica e também fundada em 1947²⁴.

Essas entidades foram criadas com o objetivo de promover ações sociais e assistência aos mais necessitados, oferecendo serviços como atendimento médico, odontológico, psicológico e social, além de programas de capacitação profissional e geração de renda²⁴. A Fundação Leão XIII, em particular, planeja, coordena e executa ações de proteção social, promovendo cidadania, além de ser responsável por campanhas sociais, como a campanha

"Leão XIII Explica", que visa esclarecer dúvidas da população sobre temas como saúde, educação e Serviço Social (COSTA, 2017).

3.1.1 Fundação Leão XIII

O decreto federal nº 22.498, de 22 de janeiro de 1947, estabeleceu a criação da Fundação Leão XIII, cuja denominação foi autorizada pelo Prefeito. Seu propósito, conforme o artigo 1º, era proporcionar ampla assistência social aos moradores de morros, favelas e áreas semelhantes na cidade do Rio de Janeiro. A Prefeitura, de acordo com o artigo 2º, atribuiu à Fundação imóveis e todo o equipamento dos Centros de Ação Social já existentes e a serem instalados. A manutenção da Fundação seria assegurada pela Prefeitura, com verbas consignadas em seus orçamentos, além de ser custeada por subvenções da União, contribuições e doações particulares, conforme estipulado no artigo 3º. O artigo 4º previa que a administração da Fundação seria regulamentada pela Prefeitura, enquanto o artigo 5º estabelecia que, caso a Fundação não atendesse aos seus objetivos, todos os seus bens reverteriam para a Prefeitura.

A Fundação Leão XIII, foi criada em 1947 como uma autarquia do governo do estado do Rio de Janeiro, tem como missão principal promover ações de proteção social e cidadania. Sua atuação abrange a prestação de serviços para cidadãos e servidores públicos, mantendo núcleos de atendimento na região metropolitana e no interior. Reconhecida pela sua contribuição ao longo de mais de 100 anos de história, a instituição realiza campanhas sociais, como a "Leão XIII Explica", para esclarecer dúvidas sobre temas essenciais como saúde, educação e assistência social.

Com um foco amplo no bem-estar da população carioca, a Fundação Leão XIII é uma entidade renomada que não apenas oferece serviços diretos, como atendimento médico e programas de capacitação profissional, mas também desempenha um papel ativo em iniciativas de combate à pobreza e promoção da dignidade das famílias na região. Seu comprometimento se estende além das ações cotidianas, refletindo-se em sua participação em campanhas sociais que buscam esclarecer e apoiar a comunidade em questões fundamentais.

A Fundação Leão XIII, como parte desse contexto, tornou-se um espaço ocupacional relevante para assistentes sociais, proporcionando a implementação de práticas sociais e

contribuindo para a efetivação dos princípios do Serviço Social na promoção do bem-estar e da cidadania. Essa relação destaca a interconexão entre o reconhecimento legal da profissão e sua atuação prática, especialmente em instituições como a Fundação Leão XIII.

3.1.2 Legião Brasileira de Assistência (LBA)

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público brasileiro fundado em 28 de agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, contando com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. A LBA foi criada com o intuito de prover as necessidades das famílias dos soldados, mas com o fim da guerra, tornou-se um órgão de assistência às famílias necessitadas em geral. A LBA tinha como presidentes as primeiras-damas do governo federal. Em 1969, a LBA foi promovida de sociedade civil a fundação, adotando o nome Fundação Legião Brasileira de Assistência, mas mantendo a mesma sigla LBA, e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. A LBA foi extinta em 1995 (JACCOUD et al., 2009).

3.1.3 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi fundado no Brasil em 22 de janeiro de 1942, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. A criação do SENAI foi resultado de um esforço conjunto entre o governo, empresários e trabalhadores para atender às demandas de formação técnica e qualificação profissional na indústria. A iniciativa visava suprir a escassez de mão de obra qualificada no setor industrial brasileiro, impulsionando o desenvolvimento econômico e tecnológico do país (SILVA, 2010; MÜLLER, 2010).

O SENAI é uma instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, estando fora da administração pública. O SENAI é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina, presente em mais de 2 mil municípios brasileiros, oferecendo cursos de iniciação

profissional, qualificação profissional, cursos técnicos, graduação e pós-graduação tecnológica para colaboradores de mais de 35 áreas da indústria. O SENAI é referência mundial em qualidade de ensino e capacita os trabalhadores da indústria por meio de educação profissional, consultorias especializadas e serviços de inovação voltados ao desenvolvimento e competitividade econômica e industrial (GUERRA, 2014).

3.1.4 Serviço Social do Comércio (SESC)

O Serviço Social do Comércio (SESC) foi fundado no Brasil em 13 de setembro de 1946, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. A criação do SESC foi inspirada em um modelo de instituição social voltada para o bem-estar dos trabalhadores do comércio, serviços e turismo. O objetivo central era promover o desenvolvimento social e cultural desses trabalhadores, assim como de seus dependentes, contribuindo para melhorar as condições de vida e fortalecer a cidadania (CHEIBUB, 2014).

O SESC foi concebido como uma entidade privada, sem fins lucrativos, com uma gestão paritária que envolvia representantes dos empresários do setor do comércio e dos trabalhadores. A instituição passou a oferecer uma ampla gama de serviços, incluindo atividades culturais, esportivas, educacionais e de lazer. Ao longo dos anos, o SESC se consolidou como uma importante organização social, expandindo suas ações por todo o país e buscando atender às variadas necessidades da comunidade, com foco especial na promoção da qualidade de vida e inclusão social dos trabalhadores do setor (ANDRADE, 2014).

3.1.5 Serviço Social da Indústria (SESI)

O Serviço Social da Indústria (SESI) é uma instituição privada sem fins lucrativos que oferece serviços nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e assistência. O SESI foi criado em 1946 com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores da indústria e seus familiares. O SESI está presente em todo o Brasil e oferece uma ampla variedade de atividades e serviços para a população em geral (SESI, 2008).

A fundação do Sesi refletiu a preocupação em criar um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, alinhado com as transformações sociais e econômicas do país. Desde sua fundação, o Sesi tem uma função importante na melhoria das condições sociais e na promoção do bem-estar dentro do contexto industrial no Brasil. O Sesi oferece uma ampla gama de serviços, incluindo programas educacionais, atividades culturais, esportivas e de saúde, destinadas a trabalhadores e suas famílias. O foco principal é promover a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e profissional dos envolvidos na indústria brasileira (DA ROCHA LOURES, 2009).

3.2 A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SETOR PÚBLICO E NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS PARAESTATAIS

A inserção de Assistentes Sociais no setor público e nas instituições sociais paraestatais é um tema relevante e atual. O Serviço Social, como profissão, tinha como objetivo principal a promoção do bem-estar social, a luta contra a exclusão social e a defesa dos direitos humanos. A presença de Assistentes Sociais no setor público e nas instituições sociais paraestatais é fundamental para a garantia desses objetivos.

José Paulo Netto é um dos principais pensadores do Serviço Social brasileiro. Em sua obra, ele destaca que os Assistentes Sociais foram inseridos em diferentes espaços institucionais, como hospitais, escolas, presídios, empresas, entre outros. Além disso, ele argumenta que a profissão tem um papel importante na luta pela emancipação social, e que os Assistentes Sociais devem se engajar na luta contra a exploração e a opressão. Netto (2007) p. 166-167, descreve ainda que,

somente a compreensão do significado social da profissão, hipotecado à compreensão da dinâmica econômico-social contemporânea, pode abrir à via a resolução de problemáticas inerentes e próprias à ação profissional. Vejamos isso melhor, partindo da suposição 73 que espero seja fundada 73 segundo a qual, no heterogêneo conjunto profissional em que nos constituímos, existe um consenso em torno da pobreza, consenso conforme o qual ela deve ser amenizada e reduzida. Dependendo, porém, de como o problema da pobreza seja compreendido, em sua gênese e em seu movimento, o seu trato profissional haverá de variar e não de variar os procedimentos para interferir nos grupos humanos por ele afetados. Se é verdade que o profissional sempre se deparará com pobres, não menos verdade é que esses pobres só adquirirão um sentido que transcende a sua pura fenomenalidade se o profissional possuir e souber manejar categorias heurísticas capazes de qualificar teórica e socialmente a pobreza.⁷⁴ Só

então há de se colocar, concretamente, o problema dos instrumentos e das estratégias de intervenção; e eles não serão os mesmos para um profissional que compreende a pobreza como natural e insuprimível e para outro, que a apreende como uma resultante necessária da exploração. É também a dupla compreensão a que estou me referindo _ a do significado social da profissão e a da dinâmica do capitalismo contemporâneo _ que permite ao profissional reconhecer os limites e as possibilidades da intervenção do Serviço Social.

A atuação desses profissionais é ampla e diversificada, podendo ser encontrada em áreas como saúde, educação, assistência social, justiça, entre outras. A inserção de Assistentes Sociais no setor público e nas instituições sociais paraestatais é uma forma de garantir que as políticas públicas sejam implementadas de forma efetiva e que os direitos dos cidadãos sejam respeitados. Além disso, a presença desses profissionais é importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (NEVES e DE OLIVEIRA, 2018; FLORENTINO, 2015).

A inclusão dos Assistentes Sociais no setor público e nas instituições sociais paraestatais é uma questão atual. O Serviço Social passou a vivenciar um momento de expansão no campo do trabalho no Brasil contemporâneo, especialmente nas políticas públicas, especialmente após a Constituição Federal de 1988. A crescente integração dos Assistentes Sociais nas esferas pública e privada expressa a maior visibilidade deste profissional no campo da educação, que precisa ser examinada a partir das contradições inerentes a este movimento, a partir de uma análise teórica e política dos desafios e a possibilidade de integração do Assistente Social ao quadro profissional de uma escola pública (NEVES e DE OLIVEIRA, 2018; FLORENTINO, 2015).

3.3.1 A Ligação entre a Assistência Social e o Assistente Social

O Assistente Social é um profissional que atua como uma ponte entre a comunidade e as instituições, sejam elas públicas ou privadas, para resolver conflitos e diversas questões envolvendo toda a sociedade (EFFTING et al., 2009). O papel do assistente social é fundamental na busca de efetivação dos direitos sociais, pois ele orienta as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, lutando por seu bem-estar físico, social e psicológico (PINHEIRO, 2021). Além disso, o Assistente Social trabalha no front da assistência social, fornecendo orientação, apoio e recursos para aqueles que precisam, ajudando a navegar pelos complexos sistemas de assistência, facilitando o acesso a serviços e programas essenciais (CELESTINO, 2023).

O trabalho dos Assistentes Sociais é de grande importância para a sociedade, pois é através deles que as situações de negligências são expostas e tratadas de forma técnica, porém, sem esquecer do lado humano. Seja nos hospitais, nos órgãos governamentais e não governamentais, no terceiro setor ou na esfera privada, o objetivo sempre será o mesmo: auxiliar e apoiar os menos favorecidos (BARROCO e HELENA, 2014).

Neste contexto, cabe ressaltar que o Código de Ética do Assistente Social é um documento que norteia as ações e a atuação dos Assistentes Sociais em todo o Brasil. O atual Código de Ética do Assistente Social no Brasil é a Resolução nº 273/1993 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que passou por revisão e atualização em 2011, com a Resolução nº 582/2010 do CFESS. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei. A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente (BARROCO e HELENA, 2014).

Constituem competências do Assistente Social: elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; planejar, organizar e administrar benefícios e Serviço Social; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BARROCO e HELENA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a nossa discussão sobre o Serviço Social, focalizando o cenário sócio-histórico de sua origem e a emergência da profissão no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, é possível tecer algumas considerações finais. O Serviço Social surge como uma resposta concreta às transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o Brasil no período entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse contexto, observamos a ascensão do Estado como um agente intervencionista na busca por soluções para os desafios sociais emergentes, incluindo a industrialização, a urbanização acelerada e as demandas decorrentes desses processos.

A profissão de Serviço Social emerge como uma ferramenta estratégica para lidar com a crescente questão social, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a promoção do bem-estar e a justiça social. Os Assistentes Sociais são figuras importantes na implementação de políticas sociais, atuando como mediadores entre o Estado, as instituições e a população. A Constituição de 1934 representa um marco significativo, reconhecendo o Serviço Social como uma profissão e estabelecendo suas bases legais. A partir desse reconhecimento, a profissão ganha espaço e relevância, expandindo sua atuação para diversas áreas, como saúde, educação, assistência social e justiça.

Ao longo das décadas seguintes, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Serviço Social continua a se desenvolver e se consolidar como uma profissão fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A presença dos Assistentes Sociais no setor público e em instituições paraestatais é vital para assegurar a efetividade das políticas públicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. A Constituição de 1934 foi importante ao reconhecer a Assistência Social, distinguindo-a da profissão em si.

Apesar do reconhecimento da Assistência Social como uma dimensão importante, a profissão de Serviço Social conquistou um marco significativo com a aprovação da Lei 3252 em 1957, estabelecendo suas bases legais. A Constituição de 1934 foi fundamental ao formalizar o Serviço Social como uma profissão, conferindo-lhe espaço e relevância. A partir desse reconhecimento, a profissão expandiu sua atuação em diversas áreas, incluindo saúde, educação, assistência social e justiça, consolidando-se como uma peça fundamental no contexto social.

Em síntese, o Serviço Social no Brasil, desde suas origens nas décadas de 1930 e 1940, aprimorou junto a promoção do bem-estar, na defesa dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa, refletindo a sua importância no contexto sociopolítico brasileiro. A profissão surgiu como uma resposta concreta às transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o Brasil no período entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse contexto, observamos a ascensão do Estado como um agente intervencionista na busca por soluções para os desafios sociais emergentes, incluindo a industrialização, a urbanização acelerada e as demandas decorrentes desses processos.

Ao longo das décadas seguintes, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Serviço Social continua a se desenvolver e se consolidar como uma profissão fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A presença dos Assistentes Sociais no setor público e em instituições paraestatais é vital para assegurar a efetividade das políticas públicas e a proteção dos direitos dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio. **Serviço Social e filosofia. Das origens a Araxá.** 1985, Cortez./CAPÍTULO 1 (p.17- 64).
- ANDRADE, Alzair Augusto de Almeida de; CARVALHO, Roseane Albuquerque Araújo de; ROCHA, Islania Lima da. **A demanda pelo exercício profissional da/o Assistente Social nas escolas brasileiras.** 2017.
- ANDRADE, Valéria Brites. **Imunidade tributária das entidades do Sistema “S”.** 2014.
- ANDRIGHETTI, Isadora Rech. Ecos do passado: uma análise da presentificação de elementos do conservadorismo clássico no discurso de assistentes sociais após cinco e seis anos do Código de Ética crítico. **Universidade de Caxias do Sul.** 2019.
- ANVERSA, Gerson Luís Albrecht. **A defesa da concorrência no Brasil: experiência histórica, fundamentos teóricos e ação do Ministério Público Federal.** 2004.
- ARAKE, Luara Michi Fernandes. **Serviço social e exercício profissional: uma análise a partir das denúncias da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social - 8º Região/DF.** 2023. 74 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras.** 1998. xix, 221 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 1998.
- BARROCO, L. Ética e Serviço Social. **São Paulo: Cortez,** 2001, 222 Parte 2 (Cap.1- PARTE II;p.71-97);
- BARROCO, Maria Lucia Silva; HELENA, Terra Sylvia. Código de ética do (a) assistente social comentado. **Cortez Editora,** 2014.
- BATISTA, Eraldo Leme et al. Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, SP, v. 14, n. 5941–341, 2015.
- BRAVO, Maria Inês Souza. Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos. **Cortez Editora,** 2016.
- BRAZ, Rodrigo Alves da Costa . Assistência social como um direito fundamental: Discussão sobre os problemas do critério de miserabilidade para a concessão do benefício de prestação continuada. **Caderno de Iniciação Científica, n. 12,** 2015.
- CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. **Rio de Janeiro: UFRJ/ESS,** 2011.

CELESTINO, Sabrina. O Serviço Social no Campo Militar. Editora CRV, 2023.

CHEIBUB, Bernardo Lazary. **A história do "turismo social" no Serviço Social do Comércio - SP**. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.- 2014. 515 f.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. A Fundação Leão XIII e a Formação da Vontade Coletiva Urbano-Industrial Subordinada: educação para a favela (1947-1964). **Revista Enfil**, n. 7, p. 110-136, 2017.

DA ROCHA LOURES, Rodrigo Costa. Sustentabilidade XXI. **Editora Gente Liv e Edit Ltd**, 2009.

DE MATOS FILHO, Manuel Paulo Teles. Autarquias-tomada de contas-Fundação Leão XIII. **Revista de Direito Administrativo**, v. 2263-266, 1950.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Estratégias de intervenção do Serviço Social nas políticas de escolarização: uma análise contemporânea. **Educação e Pesquisa**, v. 43, p. 695-710, 2017.

DIAS, Fadia Leticia; REIS, Flávia; NASCIMENTO, Manoela Baêta. **Serviço Social na educação: desafios e possibilidades de inserção do Assistente Social no âmbito escolar no ensino fundamental na rede pública**. Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social da Faculdade LABORO. 2016.

EFFTING, Juliana et al. **O Serviço Social do Fórum Distrital do Norte da Ilha no processo de aplicação da pena alternativa de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas: uma análise do perfil dos prestadores**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS. 2009.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. O Assistente Social a Serviço da Educação Pública: Possibilidades e Desafios. **Educação, Gestão e Sociedade, revista da Faculdade Eça de Queirós**, ISSN179-9636. 2015.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Boitempo Editorial, 2020.

GERBER, Luiza Maria Lorenzini et al. **A formação dos assistentes sociais em Santa Catarina: um estudo sobre o primeiro curso de Serviço Social do estado (1958-1983)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**. Edições Loyola, 1997.

GOIN, Marileia. Social Work and its historical-professional diversity around the world. **Serv. Soc. Soc., São Paulo**, n. 14139-352, maio/ago. 2021.

GUERRA, Vanderlei Ricardo. **O princípio educativo do trabalho e as contribuições da escola SENAI Nilo Peçanha na educação profissional de jovens de Caxias do Sul (2000-2012)**. 2014.

HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções: 1789-1848. **Editora Paz e Terra**, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e Carvalho, Raul De - Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 28. ed. **São Paulo: Cortez, 2009**. Parte II, cap. 1 (p. 125 - 234)

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 19. **Ed. São Paulo: Cortez, 2010**.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetória e desafios. La cuestión social y la formación profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. **XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. San José/Costa Rica, p. 17-50, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. Cortez Editora, 2022.

JACCOUD, Luciana et al. Políticas Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Brasília: IPEA, 2009**.

LIMA, Rodrigo. Leituras dirigidas de Marilda Iamamoto: a atualidade e a relevância na formação em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, p. e6628319, 2023.

MACHADO, Davi Perez et al. A contribuição de Florestan Fernandes para a compreensão da questão social no contexto do capitalismo dependente brasileiro. 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e alienação. **6. ed. São Paulo: Cortez, 2000**. Cap.1 (p. 27 -67)

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. In: Serviço Social: identidade e alienação. 1993.

MIKOSKI, Vanessa Dorada et al. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir de documentos técnicos produzidos por profissionais que atuam no judiciário brasileiro**. 2023.

MIRANDA, Nayara Rocha Silva. O Serviço Social no terceiro setor. **Centro Universitário Doctum (UniDoctum)**. 2022.

MOTA, Ana Elizabete. 80 years of Brazilian Social Work: historical achievements and challenges in the current situation. **Serviço Social & Sociedade**, n. 1289-53, 2017.

MÜLLER, Meire Terezinha. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 40, p. 189-211, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Cortez editora, 2017.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 19, p. 135-170, 2007.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. **São Paulo: Cortez**, 2005.

NEVES, Sueiny Larissa de Sousa; DE OLIVEIRA, Karla Vianna Azevedo. A prática do/da Assistente Social no terceiro setor como luta e resistência. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

OLIVEIRA, Thiago Alves de. **A educação integral no século XXI: do Programa Mais Educação ao Programa Novo Mais Educação**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PETERSEN, Dalvana Cristina. **A dinâmica social capitalista, a questão social e suas expressões e o uso abusivo de drogas: configurações da sociedade**. 87p. 2017. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2017.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. **São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica**, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

PINHEIRO, Keylanne Fernandes. **A atuação do assistente social na efetivação dos direitos sociais dos idosos: a experiência em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. 2019. 76 f. Monografia (Graduação) - Curso de Serviço Social, Campus Universitário de Miracema, UFT, 2019.

REISDÖRFER, Lara Aparecida Lissarassa. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social**. Indaial : Uniasselvi, 2013. 186 p. : il

ROBAINA, Igor Martins Medeiros et al. Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947-1962). **Espacialidades: Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN**. 2013, V. 6, n. 5, p. 176–196, 2013.

SANTINI, Maria Angela et al. **Fundamentos do serviço social I**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014. 192 p.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. **São Paulo: Companhia das Letras**, 2000.

SESI, Observatório. **O SESI, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico**. 2008.

- SILVA, Diego Tabosa da. **Serviço social, assistência social e drogas: um estudo do trabalho profissional do assistente social nos centros de referência especializados de assistência social no município do Rio de Janeiro**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão social e Serviço Social na formação sócio-histórica brasileira. **Temporalis**, v. 13, n. 2561-278, 2013.
- SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos/ Ivonete Maria Ferreira da Silva. 2ª ed. Campinas, SP: **Papel Social:Cuiabá, MT:EdFMT**, 2014. 2º capítulo (p. 1-24).
- SILVA, Jeane Andreia Ferraz. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS):: reflexões sobre o trabalho profissional. **SER Social**, v. 14, n. 30, p. 155-189, 2012.
- SILVA, Luciano Pereira da. Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI. **História (São Paulo)**, v. 2994-417, 2010.
- SILVA, Maria Izabel. A organização política do serviço social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”. **Serviço Social & Realidade**67-282, 2007.
- VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade**. 2017.